

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO - RFQ
Serviços

Ref.: Edital nº 001/2021 – Lic. Convite/Projeto 914BRZ2005
Processo nº: 01302.000004/2021-99
(Favor referir-se a este número em todas as correspondências)

22 de Janeiro de 2021.

Prezados Senhores,

Vimos, por meio desta, convidá-los a apresentarem uma proposta para *“Contratar empresa especializada em regularização fundiária para desenvolver um modelo de governança da informação, baseado na integração de bases de dados oficiais, para possibilitar a análise sistêmica de condições socioeconômicas, locacionais, urbanísticas, dominiais, ambientais, legais e jurídicas, a ser suportada por sistemas computacionais, para a otimização dos procedimentos de regularização fundiária urbana”*, segundo este documento de solicitação.

A Solicitação de Cotação (RFQ) consiste desta página de rosto e dos seguintes Anexos:

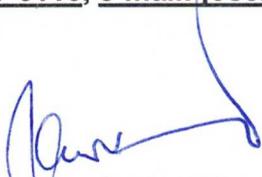
Anexo I - Condições Gerais do Contrato
Anexo II - Termos de Referência (TOR)

Sua oferta deve ser entregue no SAUS, Quadra 05, Lote 06, Bloco H, Protocolo do IBICT, CEP: 70.070-912 – Brasília DF, **até as 16h00 do dia 05/02/2021**, fazendo referência ao **Edital nº 001/2021 – Lic. Convite/Projeto 914BRZ2005**.

Juntamente com as propostas deverão ser encaminhadas as seguintes informações:

- **Número do Edital**
- **Nome Fantasia da Licitante**
- **Razão Social da Licitante**
- **Endereço, Telefone, Fax, Site, E-mail.**
- **Dados Bancários (Banco, Agência, Conta).**
- **Nome Completo e CPF do Responsável Legal**
- **Cópia do Cartão do CNPJ**

No caso de qualquer solicitação de esclarecimento, entre em contato com o IBICT, até o dia **03/02/2021**, **telefone: (61) 3217 6110**, **e-mail: josenascimento@ibict.br**.



José Luís dos Santos Nascimento
Coordenador Nacional do Projeto UNESCO/IBICT 914BRZ2005

ANEXO I: Condições Gerais do Contrato para Fornecimento de Bens e Serviços

1. ACEITAÇÃO DO CONTRATO

Este Contrato só pode ser aceito pela assinatura do Contratado e pela entrega pontual dos bens de acordo com os termos deste Contrato, conforme especificado neste documento. A aceitação deste Contrato resultará em um Contrato entre as partes em que os direitos e obrigações das Partes serão regidos unicamente pelos termos e condições deste Contrato, incluindo estas Condições Gerais. Nenhuma disposição adicional ou inconsistente proposta pelo Contratado obrigará a UNESCO a nada, a menos que acordado por escrito por seu funcionário devidamente autorizado.

2. DEFINIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Bens são, incluindo, mas não se limitando a, equipamentos, peças sobressalentes, commodities, matérias-primas, componentes, produtos intermediários e os produtos que o Contratado é obrigado a fornecer sob este Contrato. Os serviços incluem, sem limitação, serviços conexos ao fornecimento dos produtos, instalação, treinamento, transporte e quaisquer outras obrigações, conforme exigido no âmbito deste Contrato.

3. PAGAMENTO

A UNESCO efetuará, no cumprimento dos prazos de entrega, salvo disposição em contrário no presente Contrato, o pagamento no prazo de até 30 dias após o recebimento da Nota Fiscal do Contratado e cópias dos documentos de embarque especificados neste Contrato. O pagamento pela UNESCO não implica aceitação dos produtos nem de quaisquer trabalhos ou serviços relacionados nos termos deste Contrato.

4. ISENÇÃO DE IMPOSTOS

A Seção 7 da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas prevê, nomeadamente, que a UNESCO e seus órgãos subsidiários são isentos de todos os impostos diretos e estão isentos de direitos aduaneiros em relação a artigos importados ou exportados para seu uso oficial. Assim, o Contratado autoriza a UNESCO a deduzir da fatura qualquer montante que representa tais impostos ou direitos cobrados a UNESCO pelo Contratado. O pagamento desse valor ajustado constituirá pagamento integral pela UNESCO. No caso de qualquer autoridade tributária se recusar a reconhecer a isenção da UNESCO a partir de tais impostos ou taxas, o Contratado deverá consultar imediatamente a UNESCO.

5. MARCAS

Sempre que um INCOTERM for usado neste Contrato ele deverá ser interpretado de acordo com os INCOTERMS 2000.

6. LICENÇA DE EXPORTAÇÃO

O Contratado deverá obter qualquer licença de exportação exigida para os bens.

7. INSPEÇÃO E ACEITAÇÃO

Todos os bens devem ser sujeitos a inspeção e testes pela UNESCO ou seu representante designado, na medida do possível, em todos os tempos e lugares, incluindo o período de fabricação e, em qualquer caso, antes da aceitação final pela UNESCO. Se qualquer inspeção ou teste é feito nas instalações do Contratado ou de seu fornecedor, o Contratado, sem custo adicional, fornecerá todas as instalações e assistência razoáveis para a segurança e comodidade dos inspectores no exercício das suas funções. Todas as inspeções e testes nas instalações do Contratado ou de seu fornecedor serão realizados de forma a não atrasar indevidamente ou interromper as atividades comerciais ordinárias do Contratado ou seu fornecedor. A aceitação final ou rejeição dos bens deve ser feita o mais breve possível após a entrega, mas a falha em inspecionar e/ou aceitar e/ou rejeitar os bens não retiram do Contratado a responsabilidade por bens não conformes, nem impõe obrigações à UNESCO. O Contratado deverá fornecer e manter um sistema de controle de processo de fabricação, qualidade e inspeção que abranja os bens aceitáveis para a UNESCO. Os registros de todo o trabalho de inspeção pelo Contratado deverão ser mantidos completos e disponibilizados à UNESCO durante a execução nos termos do presente Contrato e pelos 24 (vinte e quatro) meses seguintes ou para qualquer outro período que pode ser especificado neste Contrato. Cópias de todas as certificações de materiais e os resultados dos testes deverão ser apresentadas à UNESCO mediante solicitação.

8. ADEQUAÇÃO DOS PRODUTOS, INCLUINDO EMBALAGEM

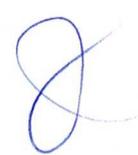
O Contratado garante que os produtos estejam em conformidade com as especificações e aptos para os fins aos quais esses produtos são normalmente utilizados, bem como para fins de, em locais onde e sob circunstâncias fornecidas pela UNESCO ao Contratado. O Contratado garante que os produtos são novos, de fabricação atual e livre de defeitos de projeto, fabricação e materiais. O Contratado também garante que os bens estejam firmemente contido, embalados e marcados, levando em consideração o(s) modo(s) de embarque, de forma e modo a proteger os bens durante a entrega ao seu destino final. A não ser que um período mais longo seja especificado no presente contrato, o Contratado garante e atesta que reparará ou substituirá, sem despesa para a UNESCO ou seus clientes, quaisquer bens ou componentes que comprovadamente estejam com defeito no desenho, material ou mão de obra dentro de um período de 01 (um) ano a partir da data em que tais bens sejam colocados em uso.

9. PÓS-VENDA

A Contratada deverá manter e fornecer assistência técnica, manutenção, serviços, reparos e revisão dos produtos conforme solicitação da UNESCO e de seus clientes referentes a este Contrato.

10. INDENIZAÇÃO

O Contratado deverá indenizar e salvaguardar, às suas expensas, a UNESCO, seu pessoal e seus clientes de e contra todas as ações, reclamações, demandas e responsabilidades de qualquer natureza ou tipo, incluindo os custos decorrentes de atos ou omissões do Contratado ou do seu pessoal ou por outros responsáveis no desempenho nos termos deste Contrato.



11. PATENTE

O Contratado deverá defender às suas expensas qualquer processo ou ação movida contra a UNESCO ou seus clientes com base em uma alegação de que qualquer produto ou o uso normal do mesmo fornecido sob este Contrato constitui qualquer violação de qualquer patente de qualquer país, se notificada por escrito pela autoridade competente. As informações e assistência para a defesa dos mesmos correrão a expensas do Contratado. O Contratado deverá pagar todos os danos e custos nela imputadas à UNESCO ou seus clientes. A Contratada deverá, às suas próprias expensas e a seu critério, receber da UNESCO o direito de continuar a usar os bens, modificá-los para que se tornem não infratores ou, com a aprovação da UNESCO, remova referidas bens e reembolsar o preço de compra, incluindo os custos de transporte e instalação.

12. SEGURO CONTRA INCÊNDIO E COBERURA ESTENDIDA

Em todos os tempos antes da entrega dos bens e/ou serviços, o Contratado deverá efetuar e manter seguro contra incêndio e seguro de cobertura estendida em cima de quaisquer bens sujeitos a este contrato em um montante igual ao valor segurável de tais bens e de serviços incorporados com valores a serem pagos ao Contratado e à UNESCO de acordo com o surgimento dos seus interesses.

13. VARIAÇÃO NAS QUANTIDADES

As quantidades especificadas neste Contrato não poderão ser aumentadas ou diminuídas sem a prévia autorização por escrito da UNESCO.

14. MUDANÇAS

A UNESCO poderá, a qualquer momento, mediante notificação por escrito, fazer alterações no âmbito geral deste Contrato. Se qualquer mudança provocar um aumento ou diminuição do preço ou o tempo necessário para o desempenho do presente Contrato, será feito um ajuste equitativo no preço do Contrato e/ou no cronograma de entrega, e o Contrato deverá ser alterado, rescindido ou reeditado em conformidade. Qualquer reclamação pelo Contratado para ajuste nos valores deve ser informada dentro de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação de mudança; no entanto, a UNESCO poderá, a seu critério exclusivo, receber e agir sobre qualquer reclamação, a qualquer tempo, antes do pagamento final nos termos deste Contrato. A falha em não concordar com os ajustes será uma controvérsia a ser decidida de acordo com a Cláusula 25. Entretanto, nada nesta Cláusula isentará o Contratado de prosseguir com o Contrato, conforme alterado. Nenhuma modificação ou alteração nos termos deste Contrato será válida ou aplicável contra a UNESCO, a menos que seja por escrito e assinada por um representante devidamente autorizado da UNESCO.

15. RESCISÃO POR CONVENIÊNCIA

A UNESCO poderá rescindir este Contrato, no todo ou em parte, mediante notificação ao Contratado. Após o recebimento da notificação de rescisão, o Contratado deverá tomar medidas imediatas para trazer o trabalho e os serviços ao fim de uma forma rápida e ordenada, reduzirá as despesas ao mínimo e não realizará qualquer compromisso para frente a partir da data de recebimento da notificação de rescisão. Em caso de Rescisão por Conveniência, nenhum pagamento será devido pela UNESCO ao Contratado, exceto para obras e serviços executados de forma satisfatória antes da rescisão, para as despesas necessárias para a terminação rápida e ordenada do trabalho e para o custo de tal trabalho necessário. Na medida em que a computação desse pagamento devido pela UNESCO pode não ser suficiente para o Contratado, em relação à rescisão do Contrato, o Contratado poderá reivindicar um ajuste equitativo de acordo com os procedimentos para ajuste equitativo referida na Cláusula 14 acima.

16. REMÉDIOS PARA O DESCUMPRIMENTO

Em caso de descumprimento do Contrato por parte do Contratado, incluindo, mas não limitado, a não obtenção de licenças necessárias para exportação ou para fazer a entrega de todos os bens até a data de entrega acordado, a UNESCO poderá, após ter dado ao Contratado aviso prévio razoável executar e sem prejuízo de quaisquer outros direitos ou recursos, exercer uma ou mais das seguintes diretos: (1) adquirir a totalidade ou parte dos bens e/ou serviços de outras fontes/fornecedores, caso em que a UNESCO poderá tornar a Contratada responsável por quaisquer custos adicionais decorrentes deste ato; (2) recusar-se a aceitar a entrega da totalidade ou de parte dos bens e/ou serviços; (3) rescindir este Contrato; (4) exigir que o Contratado envie os bens/serviços pela via mais *premium*, às expensas do Contratado, para cumprir o cronograma de entrega; (5) impor uma indenização.

17. PENALIDADES POR ATRASO

Se o contratante não entregar a totalidade ou parte dos bens ou não executar qualquer dos serviços no prazo especificado no Contrato, a UNESCO poderá, sem prejuízo de quaisquer outros direitos e recursos, deduzir do preço total estipulado no presente Contrato o montante de 0,5% do preço de tais bens ou serviços não executados por cada semana de atraso (ou parte dele), até um período de 8 semanas.

18. FORÇA MAIOR

Não obstante as disposições das Cláusulas 16 e 17, o Contratado não poderá ser responsabilizado por omissão ou indenização, na medida em que seu fracasso em cumprir as suas obrigações nos termos deste Contrato é o resultado de um evento de Força Maior. Para os fins deste Contrato, força maior é definida como um evento fora do controle do contratante, que não envolva culpa ou negligência do Contratado e que não seja previsível, incluindo desastres naturais, guerra (declarada ou não) e outros eventos de natureza ou força similar.

19. FONTE DAS INSTRUÇÕES

O Contratado não deverá buscar nem aceitar instruções de qualquer autoridade externa à UNESCO com relação à execução de seus serviços constantes no presente Contrato. O Contratado deverá abster-se de qualquer ação que possa afetar a UNESCO ou as Nações Unidas de maneira adversa, devendo cumprir seus compromissos com plena consideração pelos interesses da UNESCO.



20. FUNCIONÁRIOS NÃO SE BENEFICIARÃO

O Contratado deverá garantir que nenhum funcionário da UNESCO ou das Nações Unidas receba ou tenha oferta do Contratado de qualquer benefício direto ou indireto proveniente do presente Contrato ou prêmio posterior. O Contratado concorda que a violação desta disposição representa a violação de um termo essencial deste Contrato.

21. USO DO NOME, EMBLEMA OU SÊLO OFICIAL DA UNESCO OU DA ONU

O Contratado não deverá divulgar ou tornar público o fato de que é um Contratado da UNESCO, nem deverá, de modo algum, usar o nome, emblema ou selo oficial da UNESCO ou das Nações Unidas, ou qualquer abreviação do nome da UNESCO ou das Nações Unidas em conexão com seu negócio ou similar.

22. CESSÃO E INSOLVÊNCIA

O Contratado não deverá, exceto após a obtenção da aprovação prévia por escrito da UNESCO, ceder, transferir, penhorar ou fazer outra disposição deste Contrato ou de qualquer parte deste documento ou qualquer dos direitos do Contratante ou obrigações nos termos deste Contrato. Caso o contratante se torne insolvente ou se o controle do Contrato mudar devido à insolvência, a UNESCO poderá, sem prejuízo de qualquer outro direito ou recurso, rescindir este Contrato mediante notificação por escrito ao Contratante.

23. TRABALHO INFANTIL

O Contratado declara e garante que nem ele, nem qualquer de seus fornecedores está envolvido em qualquer prática que não esteja de acordo com os direitos estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança, incluindo o Artigo 32 da mesma, que, entre outras coisas, determina que a criança seja protegida de realizar qualquer trabalho que seja insalubre ou que interfira em sua educação ou seja perigoso para sua saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social. Qualquer quebra dessa declaração e garantia dará o direito à UNESCO de rescindir este Contrato imediatamente mediante notificação ao Contratado, sem custos para a UNESCO.

24. MINAS

O Contratado declara e garante que nem ele nem qualquer de seus fornecedores está ativamente e diretamente envolvido em atividades de patenteamento, desenvolvimento, montagem, produção, comércio ou fabricação de minas ou em atividades relacionadas a componentes básicos utilizados na fabricação de minas. O termo "minas" significa aqueles dispositivos definidos no Artigo 2, Parágrafos 1, 4 e 5 do Protocolo II anexado à Convenção de 1980 sobre Proibições e Restrições ao Uso de Certas Armas Convencionais Que Podem Ser Consideradas Como Excessivamente Agressivas ou de Efeitos Indiscriminados. Qualquer quebra dessa declaração e garantia dará o direito à UNESCO de rescindir este Contrato imediatamente mediante notificação ao Contratado, sem qualquer responsabilidade pelos encargos de rescisão ou qualquer outra obrigação de qualquer tipo para a UNESCO.

25. ARBITRAGEM

Qualquer controvérsia ou reclamação resultante de ou em conexão com qualquer disposição deste Contrato ou qualquer violação do mesmo deverá ser, se não for resolvida por conciliação direta, resolvida de acordo com as Regras de Arbitragem da UNCITRAL em vigor na data deste Contrato. A UNESCO e o Contratado ficarão sujeitos a qualquer sentença arbitral proferida como resultado da referida arbitragem como adjudicação final de qualquer controvérsia ou queixa.

26. CONCILIAÇÃO

Sempre que, no decurso da negociação referida na Cláusula 25 acima, as partes desejarem buscar uma solução amigável de tal disputa, controvérsia ou reivindicação por meio de conciliação, esta será vinculada pela sentença proferida como resultado da conciliação como sendo o julgamento final de qualquer controvérsia ou reclamação.

27. PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

Nada contido ou relacionado a este Contrato poderá ser considerado como renúncia, expressa ou implícita, de quaisquer dos privilégios e imunidades das Nações Unidas, incluindo seus órgãos subsidiários.

28. SEGURANÇA

A responsabilidade pela segurança e proteção do contratante e do seu pessoal e da propriedade e da propriedade UNESCO sob custódia do contratante, cabe ao contratante.

O contratante deverá:

(a) Coloque em prática um plano de segurança adequado e manter o plano de segurança, tendo em conta a situação de segurança no país onde estão sendo prestados os serviços;

(b) Suponha que todos os riscos e responsabilidades relacionadas com a segurança do contratante e plena implementação do plano de segurança.

UNESCO reserva-se o direito de verificar se tal plano está em vigor, e sugerir modificações ao plano quando necessário. A falha em manter e implementar um plano de segurança adequado, como exigido nos termos deste instrumento será considerada uma violação do contrato. Não obstante o acima, o Contratante será o único responsável pela segurança do seu pessoal e os bens da UNESCO sob sua custódia como estabelecido na condição.

29. ANTITERRORISMO

O contratante compromete-se a envidar todos os esforços razoáveis para assegurar que nenhum dos fundos recebidos da UNESCO nos termos deste Contrato são usados para dar apoio a indivíduos ou entidades associadas com o terrorismo e que os beneficiários dos montantes previstos pela UNESCO seguinte não em aparecer na lista mantida pelo Comitê do Conselho de Segurança estabelecido nos termos da Resolução 1267 (1999). A lista pode ser acessada através <http://www.un.org/Docs/sc/committees/1267/1267ListEng.htm>. Esta disposição deve ser incluída em todos os sub-contratos ou sub-contratos celebrados nos termos deste Contrato.



ANEXO II: TERMO DE REFERÊNCIA – PJ

1. OBJETO

Contratar empresa especializada em regularização fundiária para desenvolver um modelo de governança da informação, baseado na integração de bases de dados oficiais, para possibilitar a análise sistêmica de condições socioeconômicas, locacionais, urbanísticas, dominiais, ambientais, legais e jurídicas, a ser suportada por sistemas computacionais, para a otimização dos procedimentos de regularização fundiária urbana.

2. JUSTIFICATIVA

O Brasil apresenta um cenário de grande potencial atinente à regularização fundiária, este processo permite ampliar a atividade econômica, a oferta de garantias reais em operações financeiras, o ingresso de ativos e conseqüente o aumento na arrecadação de tributos, a circulação de bens, o empreendedorismo e a geração de emprego, de lucro e renda, focalizando especialmente no cidadão como destinatário dos esforços governamentais.

As cidades com mais de 500 mil habitantes possuem ocupações irregulares em sua esmagadora maioria, conforme atestam Censos do IBGE e do IPEA. Condição indesejável que se mantém desde a colonização do País. A evolução legislativa trouxe alento para a solução deste cenário, especialmente a partir do novo marco regulatório, contido na Lei nº 13.465/2017, que aprimorado pela Lei nº 14.011/2020 facilita a implementação dos procedimentos da regularização fundiária.

Baseado em estudos recentes do IPEA (2018), o impacto da regularização sobre a renda per capita das famílias beneficiadas com os processos de regularização, proporciona ganhos qualitativos de cerca de 20% a 32%.

O novo marco regulatório Lei 13.465/17:

- amplifica, para os cidadãos de baixa renda, a possibilidade de acesso à propriedade da terra devidamente regularizada;
- promove a amplificação do senso da cidadania, favorece o desenvolvimento do mercado imobiliário com novos registros de imóveis e propicia o crescimento econômico do município;
- moderniza, desburocratiza, simplifica, agiliza e destrava os procedimentos da regularização fundiária urbana e rural.

Dentro desse contexto, é vital para as esferas da administração pública possam dispor de instrumentos de governança da informação, disponibilizando de forma controlada e integrada os dados armazenados em suas bases de conhecimentos. Tal ferramenta estará baseada em um sistema capaz de gerar uma análise situacional por meio de gerenciamento da informação, apto a fundamentar o processo de regularização fundiária com o uso de banco de dados de fácil acesso, ágil e atualizado, que garantirá o cumprimento de todo o ordenamento vigente.

No que concerne ao projeto 914BRZ2005, esta contratação se justifica por objetivar o desenvolvimento de métodos, critérios, procedimentos e ferramentas aplicáveis ao



contexto da informação em Ciência, Tecnologia e Inovação. Entende-se que os resultados da consultoria estão focados na modelagem de metodologia para embasar o desenvolvimento de infraestrutura tecnológica capaz de oferecer suporte à tomada de decisão, baseada em evidências consistentes disponíveis nos bancos de dados oficiais. Da mesma forma as atividades previstas estão calcadas na sistematização de informações públicas aplicáveis ao contexto do projeto e que permitirão a construção dos indicadores desejados.

De forma sistemática, é possível enquadrar a consultoria como:

Objetivo 2	Resultado 2.1	Atividade 2.1.2
Desenvolver e validar métodos, critérios, procedimentos	Fundamentos conceituais e infraestruturas tecnológicas elaboradas para o embasamento e apoio a estudos e pesquisas em formulação, análise e divulgação de indicadores em informação científica e tecnológica.	Desenvolver estudos e pesquisas para a concepção das infraestruturas tecnológicas a serem utilizadas na formulação, análise e divulgação de indicadores de informação em CT&I.

Vale ressaltar que o projeto de pesquisa não se encerra nesta contratação proposta, no entanto, a mesma terá papel fundamental na sistematização da estrutura informacional do projeto.

3. ESCOPO

Desenvolver uma metodologia de governança da informação, baseado na integração de bases de dados, para ser suportada por sistemas computacionais, visando a otimização dos procedimentos de regularização fundiária urbana. O sistema objeto da pesquisa que abrange esta contratação será voltado aos gestores municipais e a metodologia deve ser capaz de analisar as condições e aspectos locais, urbanísticos, dominiais, ambientais, sócio econômicos, legais e jurídicos que recaiam sobre as poligonais a serem regularizados. A metodologia, que orienta os procedimentos da regularização fundiária a ser desenvolvida deverá considerar diversos fatores.

- Utilização das bases de dados oficiais do governo federal que deverão ser analisados, em especial os das instituições ligadas à:
 - área ambiental e que tenham como foco a preservação de áreas específicas;
 - área sócio-econômica e que contemplem os dados relacionados à população, nos aspectos da atividade econômica, escolaridades, atividade laboral;
 - área urbanística, que focalizem o uso e ocupação das áreas de



acordo com as regras vigentes;

- área do direito e que tenham interesse na legislação aplicável à regularização fundiária;
 - área cartorial e registral que contemplem aspectos ligados à propriedade de áreas; e
 - outras áreas de interesse, como as bases de dados georreferenciados.
- Sistematização das diferentes possibilidades no processo de regularização fundiária iniciados pelos gestores municipais incluindo a árvore de tomada de decisão com:
 - situação de aprovação;
 - situação de reprovação;
 - situação de aprovação condicionada; e
 - outros casos que impactem a regularização fundiária.
 - Propostas de modelos de suporte à decisão dos gestores, condicionado à situação identificada pelo sistema:
 - ações necessárias;
 - documentações pendentes;
 - procedimentos a serem realizados; e
 - situações diversas.
 - Utilização de diferentes infraestruturas tecnológicas:
 - gestão de grandes volumes de informação, conhecidos como bigdata;
 - arquitetura de governança das informações;
 - planificação, estratificação e limpeza de dados;
 - bancos de dados, utilização de ferramentas de inteligência artificial e de ferramentas de conformidade e integridade da informação; e
 - outros instrumentos tecnológicos de interesse.

O modelo de governança da informação embasará metodologia de regularização, que será aplicada em um modelo computacional a ser desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), todavia, faz parte do escopo da contratação o acompanhamento e orientação sobre aplicação da metodologia no âmbito computacional pelo período de pelo menos 6 meses. A contratada deverá:

- indicar as bases de dados oficiais que devem ser utilizadas para alimentar o sistema e validar sua correta incorporação;
- participar de reuniões presenciais e remotas convocadas pelo IBICT;



- orientar sobre a correta aplicação dos conceitos estruturantes da metodologia no ambiente computacional;
- testar a metodologia aplicada e apontar itens de correção e melhoria; e
- validar que os resultados obtidos pelo sistema computacional estão em acordo com os resultados esperados a partir do conjunto de dados incorporados no sistema.

A Metodologia a ser proposta deverá estar em conformidade com o desenvolvimento da solução computacional e deverá possibilitar a identificação, a caracterização, o diagnóstico e a formação de indicadores para os gestores públicos municipais quanto aos atos administrativos necessários à regularização fundiária plena, em especial à Regularização Fundiária Urbana (REURB), permitindo ao município um diagnóstico juridicamente seguro para a emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) nos termos da Lei nº 13.465/17.

4. ATIVIDADES E PRODUTOS

4.1 PRODUTO 1 — Relatório contendo o diagnóstico da situação atual das informações sobre o processo de regularização fundiária, assim como a estratégia de obtenção e identificação dos dados levantados para construção da metodologia.

Para o desenvolvimento do produto 1, é necessário executar as seguintes atividades:

- Atividade 1: Ajustar o cronograma de execução dos serviços em conjunto com o projeto;
- Atividade 2: Elaborar relatório preliminar contendo o diagnóstico da situação atual das informações sobre o processo de regularização fundiária, possibilitando a identificação, em conjunto com a equipe do projeto, as bases de dados a serem consideradas para suportar a metodologia, tal como exemplificados no Escopo do Termo de Referência; e
- Atividade 3: Sistematizar as decisões e assuntos tratados durante as reuniões estratégicas do projeto.

4.2 PRODUTO 2 — Relatório contendo o modelo de governança da informação, em conformidade com a estrutura de dados públicos relacionados com a regularização de imóveis urbanos.

Para o desenvolvimento do produto 2, é necessário executar as seguintes atividades:

- Atividade 1: Realizar o levantamento e a coleta das fontes de dados públicos oficiais relacionados à regularização fundiária nas áreas ambientais, de domínio, sócio econômicos, urbanísticos e legais;
- Atividade 2: Desenvolver e aplicar questionário de pesquisa aos gestores municipais a fim de identificar as fontes de informação oficial utilizadas para os processos de regularização fundiária e as dificuldades encontradas; e
- Atividade 3: Elaborar relatório contendo o modelo de governança da informação, em conformidade com a estrutura de dados públicos relacionados com a regularização de imóveis urbanos e com as respostas dos gestores



municipais.

4.3 PRODUTOS 3 — Relatório contendo a metodologia completa a ser aplicada para o cruzamento dos dados coletados e os respectivos instrumentos de destinação possíveis em cada caso.

Para o desenvolvimento do produto 3, é necessário executar as seguintes atividades:

- Atividade 1: Estruturar o processo decisório a partir das interações das bases de dados, relacionadas às situações possíveis a partir das diferentes combinações de respostas ao questionário;
- Atividade 2: Apresentar as possibilidades tecnológicas aplicáveis para implementação da metodologia proposta e as ações aplicáveis a cada situação e combinação de respostas ao questionário proposto a fim de orientar o gestor público municipal com relação aos processos administrativos para regularização; e
- Atividade 3: Apresentar Relatório contemplando a Metodologia de Regularização Fundiária Urbana, a ser suportada pelo sistema computacional.

4.3 PRODUTO 4 — Relatório final do projeto contendo validação da metodologia no sistema desenvolvido pelo IBICT.

Para o desenvolvimento do produto 4, é necessário executar as seguintes atividades:

- Atividade 4.1: Avaliar as tecnologias implementadas;
- Atividade 4.2: Listar sugestões de melhoria e correção para aprimorar a implantação da metodologia no sistema desenvolvido pelo IBICT;
- Atividade 4.3: Apresentar os resultados dos testes de validação da metodologia aplicados utilizando o sistema; e
- Atividade 4.4: Apresentar a conclusão da consultoria.

5. ATIVIDADES DA EQUIPE CHAVE

A equipe técnica deverá ser composta por, no mínimo:

- 01 (um) coordenador com nível superior em qualquer área de formação, preferencialmente Direito, experiência de 10 ou mais anos na gestão e regularização de imóveis públicos e conhecimento da legislação federal, estadual e municipal pertinente. O profissional será responsável pela formulação da metodologia a ser aplicada sobre o cruzamento dos dados a partir da análise da legislação fundiária atual. O Coordenador deverá fazer a ligação entre o projeto e a empresa, participar de reuniões presenciais e/ou remotas, propor ações para melhorar a integração das equipes e gerir as atividades dos demais funcionários da contratada;
- 01 (um) gerente de projeto com nível de mestrado ou doutorado em qualquer área de formação, experiência de 5 ou mais anos em atividade de gestão de projetos, governança, gestão de imóveis públicos e conhecimento da legislação federal pertinente. O profissional será o responsável pela definição do modelo de governança da informação a partir das integrações das fontes de dados públicos e da legislação fundiária atual;



- 01 (um) profissional com nível superior na área de Direito, com experiência em processos de integração das atividades de regularização fundiária, com foco nos aspectos dominiais, registrais e legais essenciais para a execução técnica do objeto contratado. O profissional também será responsável por estruturar os processos de trabalho necessários para a regularização fundiária urbana.

6. PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho deve ser apresentado juntamente com a proposta da empresa, em formato que demonstre os prazos, as atividades, os produtos e a metodologia. Deve incluir também componente de monitoria do contrato para assegurar qualidade e prazos deverá apresentar um plano de trabalho, que no momento da contratação será ajustado e aprovado pela UNESCO e o IBICT que possua ao menos:

- As etapas do projeto;
- Objetivos e metas de cada etapa;
- Atividade de cada etapa;
- Pré-produto e/ou produtos esperados em cada etapa;
- Tempos relacionados a cada etapa;
- Matriz de risco;
- Cronograma com as etapas previstas;
- Descrição das tarefas da equipe, suas responsabilidades e funções;
- Organograma da equipe e/ou licitante.

7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

Os serviços/produtos deverão ser prestados/entregues em até cento e vinte (120) dias, conforme o cronograma a seguir:

Produto	Prazo de Entrega após a assinatura do contrato (em dias corridos)	Valor da Parcela (% do contrato)
PRODUTO 1	Até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato	20%
PRODUTO 2	Até 60 (sessenta) dias após assinatura do contrato	30%
PRODUTO 3	Até 100 (cem) dias após assinatura do contrato	30%
PRODUTO 4	Até 120 (cento e vinte) dias após assinatura do contrato	20%
TOTAL	Até 120 (cento e vinte) dias	100%



Os serviços deverão ser iniciados logo após a assinatura do Contrato.

A UNESCO será rigorosa na conferência dos produtos/serviços entregues/prestados, reservando-se o direito de conceder a autorização do seu pagamento condicionada à qualidade do produto/serviço entregue/prestado.

Cada pagamento será efetuado em até 10 dias úteis, após o recebimento e ateste pelo Projeto e pela UNESCO da prestação do serviço/entrega do produto, segundo as especificações constantes neste Termo de Referência.

As parcelas serão pagas mediante a emissão de Nota Fiscal por parte da Contratada contendo discriminação detalhada dos serviços/produtos. A Nota Fiscal deverá ser entregue no mesmo local de entrega dos bens/serviços.

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Projeto 914BRZ2005, CNPJ 03.736.617/0001-68.

A UNESCO não efetua o ressarcimento de nenhum imposto pago pela empresa.

8. LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço:

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict),
SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, 5º Andar, Sala 509, CEP: 70070-912, Brasília, DF.
Aos cuidados do Tiago Emmanuel Nunes Braga, tiagobraga@ibict.br, (61)3217-6481.

9. PENALIDADES

Multa de 2% sobre o valor total do Contrato e juro de mora de 0.01% (zero ponto zero um por cento) ao dia, calculada *pro rata tempore*, sobre o valor total do Contrato, por impontualidade no cumprimento da data final do Contrato e/ou não aceitação pela UNESCO dos serviços ou produtos contratados, exceto se motivada, comprovadamente, por caso fortuito ou motivo de força maior.

10. VALIDADE DA PROPOSTA

A proposta deverá ter validade de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da apresentação.

11. CRITÉRIO DESCLASSIFICATÓRIO

Não atendimento a qualquer um dos itens contidos neste Edital.

12. MONITORIA DO CONTRATO

Caberá ao IBICT e à UNESCO o acompanhamento da execução dos serviços, mediante a realização de reuniões a serem realizadas na sede do IBICT, ou por videoconferência, em face da pandemia de coronavírus, juntamente com a equipe técnica da empresa vencedora.



A periodicidade das reuniões será quinzenal, podendo sofrer alteração de acordo com o cronograma do plano de trabalho aprovado entre as partes. A responsabilidade pela supervisão dos serviços a serem contratados será do órgão solicitante.

Os produtos deverão ser encaminhados à Coordenação do Setor de Ciências da UNESCO, assinado pelo responsável do projeto, acompanhado de Nota Técnica da área responsável aprovando o produto e atestando o pagamento. A UNESCO é parte integrante do processo de aprovação dos produtos apresentados.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Comprovação de Capacidade Técnica será realizada por meio de declaração de atuação emitida por empresa terceira, pública ou privada, que indique que a empresa já prestou serviços análogos ao constante neste edital; e

Comprovação da qualificação da equipe técnica se dará mediante apresentação de *Currículo Lattes* dos profissionais a serem alocados pela empresa vencedora.

A documentação de qualificação técnica deverá compor a proposta a ser encaminhada.

14. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O critério de avaliação será o de Menor Preço Global e pela análise qualitativa dos outros documentos de qualificação exigidos por esse Edital.

